

DECLARAÇÃO

(Art.º 99º do Código do IRS)

CARACTERÍSTICAS DA DECLARAÇÃO									
1ª Declaração		De alterações		Quadros alterados					
IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE – (Titular de rendimentos de trabalho dependente)									
NOME Duarte Rui Silva Gonçalves						Nº de Identificação fiscal			
						248557971			
DOMICÍLIO FISCAL									
Rua, Praça, Av. Praceta Rio Amazonas						N.º 7		Andar 7º A	
Localidade Sintra				Cód.Postal		2735		001	
Serviço de Finanças/Bairro Fiscal Serviço de finanças de Sintra - 3º serviço						Código Serv. Fin./B.F. 3557			
ESTADO CIVIL									
Casado e não separado judicialmente de pessoas e bens ou unido de facto.								Outro.	
IDENTIFICAÇÃO DO CÔNJUGE									
NOME Maria Cristina Pinto Duarte Vicente da Silva						Nº de Identificação fiscal			
						254341209			
RELAÇÃO DOS DEPENDENTES – (Art. 13º do Código do IRS)									
NOME				Data de Nascimento		NIF BI CP	Nº de Identificação fiscal N.º do Bilhete de Identidade N.º da Cédula Pessoal		
Miguel Vicente Silva Gonçalves				150618			295714549		
N.º de Dependentes				01		(Anexar relação no caso de não ter inscrito todos os dependentes)			
INFORMAÇÕES GERAIS									
DEFICIENTES				TITULARIDADE DOS RENDIMENTOS					
7.1				7.2 (sendo casado e não separado judicialmente de pessoas e bens ou unido de facto)					
Elementos do agregado familiar com grau de deficiência igual ou superior a 60% (Art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 42/91 de 22/1)				1 - O declarante é o único titular do rendimento					
Declarante				2 - Ambos os cônjuges são titulares de rendimentos mas um deles aufere 95% ou mais do rendimento englobado					
Cônjuge				3 - Ambos os cônjuges são titulares de rendimentos e nenhum deles aufere 95% ou mais do rendimento englobado.					
Dependentes (Número)									
OPÇÕES DO DECLARANTE									
1 - O declarante, estando nas condições legais, opta pela retenção como “casado único titular”									
2 - O declarante opta pela taxa de retenção mensal de: %									
3 - Para efeitos de retenção mensal sobre complemento de pensão, declara que a pensão mensal que lhe é paga por é de: . . ,									
ASSINATURAS									
DO DECLARANTE					DA ENTIDADE PATRONAL				
A presente declaração corresponde à verdade e não omite qualquer informação					Recebi o original				
Local e data Lisboa 10/05/2024					Local e data				
Assinatura Duarte Gonçalves					Assinatura				

INSTRUÇÕES

Esta declaração destina-se a facilitar o cumprimento do disposto no nº 2 do art. 99º do Código do IRS.

Deverá ser entregue pelas pessoas singulares que auferiram rendimentos de trabalho e ou/pensões, à respetiva entidade pagadora de forma a possibilitar a retenção do imposto de harmonia com as correspondentes tabelas de retenção.

Não sendo comunicada à entidade devedora dos rendimentos a situação pessoal e familiar do titular, aquela fica obrigada a efetuar a retenção de acordo com a tabela aplicável aos sujeitos passivos não casados sem dependentes.

Qualquer alteração fiscalmente relevante ocorrida ao longo do ano, principalmente no caso dos quadros 4, 6 e 7, deverá ser comunicada de forma a poderem ser aplicadas as taxas de retenção correspondentes à nova situação.

1 - CARACTERÍSTICAS DA DECLARAÇÃO

Assinalar com "X" se se trata de 1ª declaração ou de uma declaração de alterações. Neste último caso deverá referir o número dos quadros que foram alterados.

2 - IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE

Quadro reservado à identificação do declarante. Nele deverá constar o número fiscal atribuído pelo Ministério das Finanças.

3 - DOMICÍLIO FISCAL

Destina-se à inscrição do domicílio fiscal do declarante.

O Serviço de Finanças ou Bairro Fiscal correspondente bem como o respetivo código constam do cartão de contribuinte/cidadão.

4 - ESTADO CIVIL

Quadro reservado para referência do estado civil do declarante.

5 - IDENTIFICAÇÃO DO CÔNJUGE

A preencher pelos declarantes casados e não separados judicialmente de pessoas e bens ou unido de facto.

6 - RELAÇÃO DE DEPENDENTES

Quadro reservado para identificação dos dependentes.

Consideram-se dependentes:

- Os filhos, adotados e enteados, menores não emancipados, bem como os menores sob tutela;
(Redação dada pela Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro)
- Os filhos, adotados e enteados, maiores, bem como aqueles que até à maioridade estiverem sujeitos à tutela de qualquer dos sujeitos a quem incumbe a direção do agregado familiar, que, não tendo mais de 25 anos nem auferindo anualmente rendimentos superiores ao valor da retribuição mínima mensal garantida, tenham frequentado no ano a que o imposto respeita o 11.º ou 12.º anos de escolaridade, estabelecimento de ensino médio ou superior;
(Redação da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro)
- Os filhos, adotados, enteados e os sujeitos a tutela, maiores, inaptos para o trabalho e para angariar meios de subsistência, quando não auferiram rendimentos superiores ao salário mínimo nacional mais elevado.
(Redação dada pela Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro)

7 - INFORMAÇÕES GERAIS

7.1- Destina-se a quantificar os elementos do agregado familiar com grau de deficiência igual ou superior a 60% (art. 4.º Decreto-Lei n. 42/91, de 22/1)

- Cada dependente com grau de incapacidade permanente igual ou superior a 60% equivalerá, para efeitos de retenção na fonte a quatro dependentes não deficientes;
- Na situação de "casado único titular", o cônjuge que não auferindo rendimentos das categorias A ou H, seja portador de deficiência que lhe confira um grau de incapacidade permanente igual ou superior a 60%, equivalerá, para efeitos de retenção na fonte sobre rendimentos de trabalho dependente auferidos pelo outro cônjuge, a cinco dependentes não deficientes;
- Na situação de "casado único titular", sendo o cônjuge, que não auferir rendimentos das categorias A ou H, portador de deficiência que lhe confira um grau de incapacidade permanente igual ou superior a 60%, a taxa de retenção na fonte a aplicar aos rendimentos de pensões auferidos pelo outro cônjuge deverá ser reduzido de um ponto percentual.

7.2 - Só deve preencher este quadro no caso de ser casado e não separado judicialmente de pessoas e bens ou unido de facto, assinalar com "x" no quadro respetivo a distribuição dos rendimentos dentro do agregado familiar.

8 - OPÇÕES DO DECLARANTE

Destina-se a serem feitas as opções legalmente permitidas.

A taxa de opção para efeitos de retenção mensal tem de ser superior à que resulte da aplicação das tabelas de retenção segundo a situação pessoal e familiar, mas não pode exceder os 40%

9 – ASSINATURAS

Quadro reservado à assinatura do declarante e da entidade patronal.